



*Comissão Permanente de Pregão III*

À SECRETARIA DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS,

Processo de Recurso nº 16024/2026, Processo Licitatório nº 24.540/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA EQUIPAR A SECRETARIA DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURAR SUAS SUBSECRETARIAS VINCULADAS**

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA**, em face da decisão que classificou a empresa **GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA.** como vencedora do Item 01 no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, Processo Administrativo nº 24.540/2025.

**I) DOS FATOS**

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA.**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

**II) DO RECURSO**

Encerrada a fase de julgamento das propostas, foi oportunizada a manifestação de intenção de recurso, a qual foi registrada pela Recorrente e, posteriormente, formalizada dentro do prazo legal, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.



### *Comissão Permanente de Pregão III*

A Recorrente, em suas razões, pugna pela desclassificação da proposta da empresa vencedora, alegando, em síntese:

a) **Adoção de critério de julgamento não previsto no edital**, tendo em vista que a desclassificação foi fundamentada em parâmetro dimensional (altura aproximada de 40 cm) para caracterização de gabinete "mid-tower", o qual não consta no instrumento convocatório, configurando inovação indevida no julgamento;

b) **Utilização indevida de nomenclatura comercial do fabricante como critério eliminatório**, sustentando que a classificação do equipamento como "mini-torre" não possui padronização técnica formal e não pode prevalecer sobre a análise das características funcionais e estruturais do produto;

c) **Violação aos princípios do julgamento objetivo, vinculação ao edital e isonomia**, sob o argumento de que, diferentemente de outros requisitos (como baias e certificações), não foi admitida interpretação por equivalência técnica no caso do gabinete, evidenciando tratamento desigual;

d) **Ausência de comprovação efetiva de descumprimento técnico**, defendendo que a desclassificação decorreu de interpretação subjetiva e restritiva, e não de incompatibilidade objetiva com as exigências editalícias;

e) **Demonstração de atendimento material ao requisito exigido**, mediante apresentação de registros fotográficos e argumentação técnica que indicam que o gabinete ofertado possui características compatíveis com o padrão "mid-tower", independentemente da nomenclatura adotada pelo fabricante.

### **III) DAS CONTRARRAZÕES**

Devidamente intimada, a empresa **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA** apresentou contrarrazões, também de forma tempestiva, nas quais rebate integralmente os argumentos recursais, defendendo, em síntese:

a) Que o equipamento ofertado pela recorrente **não atende ao requisito técnico mínimo de gabinete padrão "mid-tower"**, sustentando que, embora não haja norma técnica formal, existem padrões consolidados de mercado que diferenciam claramente "mini-torre" e "mid-tower", especialmente quanto à capacidade de expansão, compatibilidade de hardware, refrigeração e dimensões estruturais;



### *Comissão Permanente de Pregão III*

b) A exigência editalícia é objetiva e vinculante, não admitindo flexibilização, de modo que a aceitação de equipamento classificado como "mini-torre" violaria os princípios da vinculação ao edital, da isonomia e do julgamento objetivo;

c) Não é cabível a aplicação do conceito de equivalência técnica no caso concreto, tendo em vista que o edital estabeleceu requisito específico e expresso, devendo a proposta atender integralmente às especificações, sem margem para interpretação ampliativa;

d) Não houve inovação de critério pela Administração, mas apenas a aplicação de parâmetros técnicos usuais de mercado para verificação do atendimento ao edital, o que se mostra legítimo e alinhado à finalidade da contratação;

e) A decisão administrativa observou corretamente o princípio da segurança jurídica, defendendo que a dúvida quanto ao atendimento do requisito técnico não pode favorecer a proposta, sendo ônus do licitante comprovar, de forma inequívoca, a conformidade do produto ofertado.

#### IV) DAS DILIGÊNCIAS

Diante do exposto, considerando que a controvérsia instaurada no presente recurso não se restringe a aspectos meramente formais, envolvendo, de forma direta, a análise de conformidade técnica do equipamento ofertado em relação às especificações do Termo de Referência, o presente processo à Secretaria Municipal de Gestão de Recursos Humanos, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.12 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira.

Ressalta-se que a presente diligência tem por finalidade **subsidiar a decisão desta Pregoeira**, garantindo que o julgamento do recurso seja realizado com base em critérios técnicos objetivos, em conformidade com a legislação vigente.

Após o retorno da área técnica, o recurso será devidamente analisado e decidido, com a devida motivação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão III*

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Nova Friburgo, 17 de abril de 2026.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036